

BIOINSUMOS E A INDÚSTRIA Setor comemora a aprovação do marco legal pelo Congresso Nacional

GENTE, EMPRESAS, CAMPO & LAVOURA

RDM

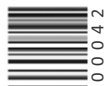
Agro

BRASIL S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

RDM 29
REDE DE MÍDIAS
anos

ANO XXIX
JANEIRO
EDIÇÃO 42



SAFRA E ARMAZENAMENTO

Recorde na produção de grãos e a falta de armazém marcam o período

ENTREVISTA | José Medeiros

“Quando se trata de comércio, não pode ficar com raiva, tem que ficar com tudo”.



Safra recorde e falta de armazém

Os pessimistas vão clamar que a falta de armazéns para a safra do período 2024/25 é falha dos governos e investidores no setor que negligenciaram. Já os otimistas verão que o que de fato ocorreu é que a colheita de grãos do período foi tão robusta que nem os que esperavam por tanto conseguiram se programar para o episódio alvissareiro.

Obviamente que especialmente os governos precisam se programar para todos os imprevistos. O que ninguém nunca calculou direito é que, bem ao contrário do período 2023/24, no de agora houve o momento perfeito: chuva em abundância alternando com tempo ensolarado suficiente.

Lembrando que no período anterior tivemos muitos momentos de seca nos estados do Norte e chuvas torrenciais por longos períodos, tendo como caso mais grave a destruidora enchente no Rio Grande do Sul.

Neste período, no entanto, o clima tem funcionado de forma perfeita. Soma-se a isso o resultado dos investimentos do governo federal, com recursos recordes do Plano Safra.

Boa Leitura.



ANO XXVIII | EDIÇÃO 42
JANEIRO / 2025

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelery Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Maurício

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelery Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
ANDRÉ NAVES, EDSON PLONCOSKI, FLÁVIA BESSA, FLÁVIA PEIXOTO, GABRIEL CHIAPPINI, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, JOSÉ FERNANDO TRUZZI, WELLTON MÁXIMO, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA EMBRAPA, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, ASSESSORIA DO MAPA, JORNAL DA USP.

FOTOS
TOMAZ SILVA, ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, JORNAL DA USP, SECOM-MT, ASSESSORIAS.

RDM AGRO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATERIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATERIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

João Orozimbo Negrão
Editor-geral

ÍNDICE | Janeiro 2025

ENTREVISTA | Deputado José Medeiros

“Quando se trata de comércio, não pode ficar com raiva, tem que ficar com tudo”



- 04 | OPINIÃO | Henrique Galvani
- 06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques
- 08 | ENTREVISTA | Deputado José Medeiros
- 14 | BIOINSUMOS E A INDÚSTRIA
- 16 | DÉFICIT DE ARMAZÉM
- 18 | SOJA E BIODIESEL
- 20 | TROCA DE CONHECIMENTOS
- 23 | QUEIJO ARTESANAL
- 24 | SAFRA 2024/25
- 26 | EMBRAPA MARANHÃO
- 30 | OPINIÃO | Paulo Campos Christo Fernandes e Giovana Alcantara Maciel

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNNEN GALITZKI

RDM AGRO BRASIL É PUBLICAÇÃO





VIVER BEM DEVE SER

O MELHOR DE TODA IDADE.

Proteja as pessoas



A **Assembleia de Mato Grosso** trabalha para defender os direitos da pessoa idosa em nosso estado. Seja combatendo todos os tipos de violência e preconceitos ou criando leis que, cada vez mais, dão segurança e garantem a sua qualidade de vida. Porque viver com dignidade, respeito e atenção deve ser um princípio válido para todos, seja para quem está começando ou para quem já fez muito nessa vida.



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer



Práticas para garantir um futuro mais sustentável

Em 2024 já tenha ficado para trás, seus impactos ecológicos ainda ecoam. Em abril, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou a pior enchente dos últimos 80 anos. No cenário global, o ano passado também foi marcado como o mais quente já registrado.

De acordo com a versão provisória do Estado Global do Clima, publicada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), a temperatura média da superfície global ficou 1,54°C acima da média histórica de 1850/1900, até setembro do ano passado. Com este valor, o período supera a temperatura média global de 2023.

Esse cenário de aquecimento global gerou severas secas em diversas regiões do Brasil, exacerbando incêndios florestais, especialmente na Amazônia. Em 2023, a região registrou o maior número de queimadas em 17 anos, o que agravou as perdas na produção agrícola e afetou a economia e a segurança alimentar do país.

Esses eventos refletem um risco iminente não só ambiental, mas também econômico, com uma possível queda de R\$ 300 trilhões na economia mundial devido aos efeitos das mudanças climáticas, segundo estudo publicado na revista Nature.

Estamos, portanto, em um ponto crucial: é hora de plantar no presente para garantir um futuro mais sustentável. É nesse contexto que surgem as startups verdes, empresas que desenvolvem soluções tecnológicas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, reduzir emissões de gases de efeito estufa e promover práticas sustentáveis em diferentes setores.

O diferencial das startups verdes está em sua capacidade de agir com agilidade e eficiência, uma vez que operam com estruturas enxutas e altamente tecnológicas, permitindo a rápida adaptação e escalabilidade. Diferentemente das grandes corporações, que enfrentam burocracias e processos lentos,

essas empresas podem implementar novas soluções de forma mais ágil e escalável.

Segundo o relatório "Contribuição do Venture Capital para Floresta e Clima", da gestora KPTL - Venture Capital e consultoria Impacta, o Brasil possui 1.829 startups de impacto, sendo 1.466 voltadas para Floresta e Clima. No entanto, apenas 10% dos negócios investidos são florestais, com foco em reflorestamento e restauração – uma lacuna que precisamos urgentemente preencher.

A urgência da transição climática é um desafio global, mas os números indicam que precisamos acelerar o financiamento em startups de clima. A expansão das tecnologias verdes/climáticas será indispensável para a transição energética e climática, mas o financiamento atualmente está aquém do necessário para viabilizar essa transição.

De acordo com o estudo Scaling Growthstage Climate Tech Companies, da Barclays, globalmente, apenas 16% das necessidades de financiamento climático estão sendo atendidas atualmente, o que significa que os investimentos em startups de clima precisam aumentar mais de seis vezes – para US\$ 4,35 trilhões anuais até 2030 – para que possamos alcançar as metas climáticas.

O Brasil, com sua vasta diversidade e recursos naturais, tem um papel fundamental nessa jornada. O agro brasileiro tem uma posição privilegiada e estratégica no cenário global. Por isso, precisamos investir cada vez mais em tecnologias que unam produção eficiente, regeneração ambiental e adaptação climática.

Acredito que a verdadeira transformação só ocorrerá por meio da colaboração entre a iniciativa privada e políticas públicas robustas, que devem garantir o direcionamento de investimentos e esforços para alcançar um futuro sustentável. Como diz o ditado popular: "É a união que faz a força". Juntos, podemos construir um futuro mais verde e próspero. ■



“Precisamos investir cada vez mais em tecnologias que unam produção eficiente, regeneração ambiental e adaptação climática”

*Henrique Galvani é CEO e cofundador da Arara Seed

ACESSE
OS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO
DA ALMT



ALMT

Cada conquista, um passo para o futuro.

2054 PROJETOS DE LEI
376 LEIS ORDINÁRIAS
47 LEIS COMPLEMENTARES
832 RESOLUÇÕES

**SELO DIAMANTE DE
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**
PELO SEGUNDO
ANO CONSECUTIVO

TV ASSEMBLEIA
SINAL CHEGANDO A 62 MUNICÍPIOS
E ABRANGENDO CERCA DE 75%
DA POPULAÇÃO DO ESTADO

Em 2024, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso consolidou seu compromisso com o desenvolvimento do estado, promovendo ações que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Com um trabalho focado na transparência, eficiência e inovação, a ALMT conquistou marcos importantes, como o Selo Diamante de Transparência e a execução de centenas de projetos que refletem o empenho em construir um futuro melhor para todos.



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.

Mesmo sem China no mercado, ritmo das vendas de soja supera o de 2024

A apreensão com a futura política comercial no segundo mandato de Donald Trump fez a China antecipar as compras de soja dos Estados Unidos no fim de 2024, reduzindo a aquisição do grão brasileiro neste início de ano. Ainda assim, o ritmo de comercialização no Brasil é superior ao de igual momento do ano passado, já que produtores estão aproveitando o estímulo do câmbio. Segundo a Safra & Mercado, as negociações de soja do ciclo 2024/25 chegaram a 35% da produção esperada, o equivalente a 60,83 milhões de toneladas. No mesmo período um ano atrás, a comercialização antecipada era de 29,1%. O percentual, no entanto, ainda está abaixo da média dos últimos cinco anos, de 39%. A China, principal comprador da soja brasileira, neste momento está fora do mercado. O país asiático importou um volume recorde do grão em 2024, antecipando eventuais tarifas prometidas por Donald Trump.



Divulgação

Produção de biodiesel chega a 77 bi de litros em 20 anos

Em vinte anos, o Brasil produziu 77 bilhões de litros de biodiesel, o que evitou a emissão de 240 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera. Sancionado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei que introduziu oficialmente o combustível renovável ao Brasil completou 20 anos em 13 de janeiro. Desde então, o biodiesel já gerou R\$ 38 bilhões para a economia brasileira. A norma modificou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com a atribuição de regular a produção e comercialização do combustível renovável no país, o que pôs em prática o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o principal avanço para o Brasil foi a expansão da produção e do uso do biodiesel, o que impulsionou o desenvolvimento sustentável no aspecto ambiental, social e econômico. “Nessas duas décadas, produzimos 77 bilhões de litros de biodiesel, economizando 38 bilhões de dólares em importação de diesel”, diz.



Divulgação

Nova lei promove avanços no RenovaBio e fortalece setor de biocombustíveis

Além de estimular a competitividade no setor, as novas regras visam alinhar o mercado nacional aos padrões globais de sustentabilidade. Em um marco regulatório para o setor de energia renovável no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 30 de dezembro, a Lei nº 15.082, que fortalece a Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio. A nova legislação representa avanços importantes ao integrar os produtores independentes de matéria-prima ao escopo do programa e incluir melhorias na regulamentação do setor. O RenovaBio é um programa estratégico que visa à descarbonização da matriz de transportes no Brasil, alinhando o país aos compromissos firmados no Acordo de Paris. Com a sanção da nova



Divulgação

lei, as usinas certificadas e os fornecedores de biomassa passam a ter acesso aos Créditos de Descarbonização (CBIOs), instrumento essencial na promoção de práticas mais sustentáveis.



Petrobras lança edital de compra de biometano visando ao mandato do Combustível do Futuro

O diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse que o edital lançado pela empresa para a aquisição de biometano tem como objetivo inicial mapear o mercado sob o ponto de vista da oferta. As compras anunciadas visam ao cumprimento do mandato de 1% de biometano nas operações de gás natural por produtores e importadores, definido pela lei do Combustível do Futuro. A entrega será a partir de 2026, de modo a coincidir com o início da vigência do mandato. Pelas regras, o biometano poderá ser adquirido tanto pela molécula, adicionada ao gás natural, ou por meio dos certificados de garantia de origem (CJOB). “A gente pode aceitar o certificado isoladamente ou o biometano com o certificado”, afirmou Tolmasquim.



Divulgação

BNDES apoia ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica com R\$ 500 milhões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 500 milhões em financiamento para a modernização da via permanente, material rodante e construção de pátios da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), gerida pela VLI Multimodal S.A. A ferrovia, que é a maior do Brasil, conecta as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, abrangendo sete estados e o Distrito Federal em seus 7.840 km de extensão. Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a iniciativa fortalece a logística integrada e multimodal, estratégica para reduzir custos e aumentar a competitividade do Brasil. “O custo logístico no Brasil representa cerca de 11% do PIB. Com este apoio, seguiremos as diretrizes do governo Lula para aprimorar a infraestrutura logística”, destacou.



Divulgação

DITO & FEITO

“Estamos marcando o início de uma nova era para o setor energético brasileiro com o Combustível do Futuro. Os números comprovam o potencial transformador dos biocombustíveis, não apenas para impulsionar a economia, mas também para colocar o Brasil na vanguarda da transição energética global. Seguiremos combinando nossa incomparável vocação para produção de combustíveis verdes com responsabilidade ambiental e crescimento sustentável.”

Ministro **Alexandre Silveira**, de Minas e Energia

“O crescimento do fluxo de comércio entre as duas partes está batendo recorde. No ano passado, ela chegou a quase 80 bilhões de dólares, e é superavitária para os Estados Unidos. Nós compramos mais do que vendemos para os Estados Unidos. Somos solução para eles. Os Estados Unidos são o maior investidor do Brasil, é uma amizade que tem 200 anos. É um ganha-ganha.”

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).



Divulgação

“Quando se trata de comércio, não pode ficar com raiva, tem que ficar com tudo”

Para o deputado federal mato-grossense, a decisão do Brasil de aderir, ou não, à Rota da Seda do governo chinês deve ser feita ouvindo bastante a diplomacia brasileira

Por **Humberto Azevedo**

O deputado federal José Medeiros (PL-MT) é o entrevistado desta edição. O parlamentar mato-grossense, tido como um dos maiores símbolos do bolsonarismo em atuação no Congresso Nacional, destacou que a decisão do Brasil de aderir, ou não, à Rota e Cinturão da Seda do governo chinês deve ser feita ouvindo bastante o corpo diplomático pertencente ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Na conversa com a reportagem do Grupo RDM, Medeiros abordou exaustivamente o tema, que naquele momento tomava conta do noticiário político e econômico do país: as declarações dos gestores de conglomerados franceses contra produtos agropecuários brasileiros, como as carnes, que levou a bancada ruralista a se mobilizar no Congresso Nacional para aprovar uma proposta – denominada de reciprocidade comercial, que pode retirar o país de acordos comerciais diversos.

Na conversa, Medeiros teceu ainda comentários sobre como o Brasil deve lidar tanto com a China, seu maior parceiro comercial, como com os Estados Unidos, do presidente Donald Trump – que voltou à Casa Branca em 20 de janeiro, num mundo que deverá ser mais conflituoso que agora.

“Eu penso, nós precisamos participar de tudo sem fechar portas. Como o Itamaraty vai tratar essa questão, eu diria que é um desafio para eles, que são pessoas extremamente competentes. Espero que o governo possa ouvir bastante o Itamaraty, porque, às vezes, se o viés ideológico tiver influência, a gente pode perder muito economicamente. Espero que seja feita realmente como dizia [o ex-

presidente dos EUA] Ronald Reagan, não na base da amizade, e, sim, dos interesses comerciais”, comentou o liberal mato-grossense.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista. Boa leitura!

Grupo RDM: Deputado José Medeiros, como que o senhor avalia a resposta do governo brasileiro, essa crise toda que foi criada em torno da carne brasileira, do Carrefour, e das empresas que prejudicaram a imagem do produto brasileiro?

José Medeiros: Na verdade nós temos um problema sério com a França no seguinte aspecto, a França resolveu embarcar, não é de hoje, numa política que corroe as estruturas econômicas do país, ficou um país muito frágil economicamente falando em termos de mercado internacional e eles têm uma política protecionista que é legítima a qualquer país, mas uma política muito suja no que se refere, por exemplo, a como fazer essa proteção ao seu comércio. Por exemplo, os deputados, óbvio, ligados ao governo Macron, falaram absurdos, falaram que aqui, que a nossa comida, que os nossos produtos, eles não iriam permitir chegar aos pratos dos franceses, que não iriam colocar lixo nos pratos dos franceses. Isso é extremamente ofensivo e nós não concordamos e vamos fazer esse contraponto. Agora, a resposta do governo brasileiro, a meu ver, precisa, precisava, porque não pode ser incisiva, ser à altura da ofensa, porque essa injúria, vamos dizer, essa difamação, extrapola as divisas da França. Ela vai para o mundo inteiro, ela vai para a aldeia global, para o comércio global. Isso é muito ruim. Eles querem vedar a entrada dos nossos produtos, porque o Brasil é um país grande, sem desmatar



O deputado federal José Medeiros (PL-MT) é o parlamentar mato-grossense, tido como um dos maiores símbolos do bolsonarismo em atuação no Congresso Nacional

um pé de árvore, o Brasil consegue duplicar tanto a sua área de pastagem quanto a sua área de plantação, por exemplo. Então, não é só com a carne. Eles fazem esse tipo de política suja de colocar o público francês contra o nosso produto. Esse público, em contrapartida, pressiona as redes supermercadistas, na pressão, para não perder o seu consumidor, evidentemente, dão declarações como a que o presidente da Danone fez e o presidente do Carrefour. Agora, isso não precisava ser assim, aliás, não deveria ser assim, porque eu já coloquei aqui num debate o seguinte, 'olha, vamos fazer o seguinte, então, vamos fazer através da reciprocidade, reciprocidade diplomática'. Então, ou a gente faz tipo o Donald Trump, que falou que iria fazer, disse que o Macron ligou para ele, na época, e o Macron começou a fazer esse mesmo tipo de conversa com os Estados Unidos. O Trump falou que ligou para o Macron e disse, 'Macron, não vamos por aí, porque senão eu vou colocar 300% de barreira tributária nos seus produtos, vinhos, por exemplo, queijos, o que você acha disso?'. 'Ah, mas eu não posso' [teria respondido o presidente francês]. 'Tudo bem, Macron'. E bateu o telefone. Disse que dois minutos depois, ele, presidente da Danone, ligou, 'poderíamos deixar o dito pelo não dito'. O Brasil precisa ter uma voz ativa, até porque o mercado francês, com todo respeito, significa muito pouco para a gente, nós temos um mercado com outros países que é bem maior do que aquilo. Então, para nós o prejuízo não é tanto, agora, eles têm redes aqui, o brasileiro consome muitos produtos franceses, então eu penso que é a hora de o Brasil ser ativo. Eu vejo que o governo é muito tigrão em relação a alguns assuntos e a outros é bastante tchutchuca. Eu gostaria muito que o governo não visse isso pelo viés ideológico. Ronald Reagan dizia que não existe amizade entre países, existem interesses econômicos. Então, o governo tem uma história, principalmente os governos do PT, têm uma tendência a tratar com muita benevolência, a tratar como se fosse um local, um brasileiro, países que na verdade estão se dando bem e na hora de dar reciprocidade não são tão amigos assim. A minha avaliação é que o governo falhou nesse aspecto.

Grupo RDM: Uma das saídas dessa crise veio pelo Legislativo, a Câmara, o Senado, que começaram a se mobilizar

“ O Brasil precisa ter uma voz ativa, até porque o mercado francês, com todo respeito, significa muito pouco para a gente. Os políticos franceses fazem esse tipo de política suja de colocar o público francês contra o nosso produto. A resposta do governo brasileiro, a meu ver, precisa, precisava, porque não pode ser incisiva, ser à altura da ofensa”

para votar projetos de leis que tratam da reciprocidade comercial, mas que podem retirar o Brasil de acordos internacionais em que produtos brasileiros são prejudicados. Mas isso poderia envolver perdas para alguns outros setores da economia brasileira. No Senado tem um projeto nesse sentido, que é de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) e a relatora é a ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina (PP-MS). É um projeto muito parecido com o que tramita na Câmara. Esse projeto resolve, mas isso não pode causar problemas com outros setores como a indústria?

José Medeiros: Eu acho que no momento é válida a discussão porque mostra que aqui não é uma República de bananas, que aqui tem [quem defenda os interesses e os negócios do Brasil], assim como o Legislativo deles estão lá chamando a nossa comida de lixo, que não sei o que mais, a gente está mostrando o seguinte, 'tudo bem, então a gente não vai negociar com vocês, já que é assim, vocês só querem uma mão, a outra não'. Eles só querem vender, comprar não. Isso, eu penso que vale como discussão, essa sua pergunta é muito boa porque ela ressalta para esse efeito colateral que obviamente na discussão do projeto vai ser colocado, mas como um instrumento de dizer, 'opa, nós estamos discutindo isso aqui também'. Eu, por exemplo, já fiz alguns projetos em relação a isso. Eu tenho um projeto, inclusive, que era a respeito da reciprocidade ambiental, nem sei se existe esse termo, mas eu criei. Eu disse o seguinte, 'a França vive nos pressionando em questão ambiental, então a gente faria o seguinte, olha, nós só vamos negociar com vocês se vocês tiverem as mesmas garantias de proteção ao meio ambiente que nós temos. Se vocês tiverem, beleza,

se vocês tiverem uma lei dizendo que tem proteção de encostas, de matas ciliares, de reserva legal, de proteção de áreas, as APPs [área de proteção permanente], área de proteção ambiental, se vocês tiverem os mesmos parques que a gente tem, aí tudo bem, a gente compra de vocês, se não, não'. Em relação à França, eu já tenho um projeto desse. Eu penso que, nesta discussão, nós temos que ser amigos daqueles que são nossos amigos. Não adianta tentar ser verdadeiro com quem está de sacanagem.

Grupo RDM: Essa discussão pode ser também reflexo do que está ocorrendo lá, a votação da adesão da França ao acordo da União Europeia com o Mercosul, não é?

José Medeiros: É totalmente isso. Não tem nada a ver com discussão do meio ambiente. Na verdade, eles não querem negócios com a América Latina para a gente vender lá. Eles querem vender bastante aqui. Então, eu, por



Fotos: Humberto Azevedo

“ Se vocês, franceses, tiverem os mesmos parques que a gente tem, aí tudo bem, a gente compra de vocês, se não, não. Então, em relação à França, eu já tenho um projeto desse”

exemplo, de lá para cá, no dia que o presidente da Danone fez aquele comentário, lá em casa, eu decidi, não se compra mais Danone. E também a gente não entra em nenhuma loja do grupo Carrefour, nem do Atacadão. Eu até gravei um vídeo, falei que nós, brasileiros, temos que nos prezar, nós não devemos comprar nenhum produto francês, enquanto a França não mudar de opinião.

Grupo RDM: O senhor acredita que isso possa ser revertido, caso seja aprovada essa questão da reciprocidade comercial ou até mesmo com o acordo da União Europeia com o Mercosul entrando em vigor? Isso pode mudar o jogo? Como que o senhor avalia isso?

José Medeiros: Eu penso o seguinte, se você for à loja do Carrefour hoje, você só vai ver queijo e algumas coisas nas prateleiras de carne, já está faltando lá. Se a França não mudar a forma de se comunicar para o público interno e de

tratar o Brasil, eles vão ter, realmente, bastante problemas. Vão perder mercado, porque essa não é uma questão de governo, que afeta somente nós, bolsonaristas, não. Isso é uma questão que une a todos. Se tem uma coisa nesse momento que une governo e oposição, que une presos políticos e a turma do Alexandre de Moraes, é essa pauta. Com certeza, todo mundo está putado da vida com esse tipo de ação. Não é nem, e eu volto a dizer, não é nem em relação à questão protecionista, é em relação à forma como foi colocado. A forma de dizer que aqui a comida que a gente manda para lá é um lixo. Brincadeira, não é? Brincadeira!

Grupo RDM: Isso pode fazer com que a França e a Europa joguem ainda mais o Brasil, as exportações brasileiras com destino à Ásia, à China?

José Medeiros: Com certeza. Agora, eu não sei se eles vão poder fazer muito isso, não sei se eles vão ter o que comer, porque eles sempre usaram esse

discurso, e recrudesceram esse discurso, eles confiavam muito na produção da Ucrânia, que está com um baita de um problema. Eu não sei como é que eles vão fazer para serem abastecidos. Então, vão ter que... É assim, ou compra do Brasil, ou compra da América do Sul, ou compra dos Estados Unidos. E eles gostam de demonizar os dois, não?

Grupo RDM: Agora, sobre a vitória do Trump, um dos sinais de que o Trump, no retorno dele à Casa Branca, é que ele vai adotar também práticas protecionistas lá. E já informou que o aço brasileiro, que tinha conseguido baixar alíquotas há um ano...

José Medeiros: Foi até um acordo... Entre ele e o Bolsonaro, ainda.

Grupo RDM: Isso. Mas agora parece que esse acordo vai ruir de novo, não?

José Medeiros: Provavelmente.

Grupo RDM: E aí, isso pode ter consequências fora do aço? Como que o senhor vê isso?

José Medeiros: Olha, na verdade, a gente tem que entender também isso como um processo bem global. O que a gente sente é que há um rearranjo não só político como econômico. Você veja, que durante um bom tempo... Vamos lá. As nações que fizeram parte [dos países do eixo, que resultou na segunda] da guerra mundial, algumas delas saíram destruídas. A Alemanha, repartida em duas, o Japão, a Itália, tudo arrebitado. E economicamente essas nações estavam no zero. Estados Unidos e Rússia [antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, extinta em 1992] tomaram a iniciativa de recuperar essas nações. O lado do capitalismo deu certo. A Alemanha ocidental teve um boom de crescimento, o Japão, um boom de crescimento, o do lado socialista nem tanto, e depois chega a Coreia. Mas acontece que o fato é que, já na década de 70, por exemplo, o Japão estava dentro da terceira maior economia do mundo. O capitalismo floresceu de uma forma que a China olhou e falou 'quero participar disso'. E passou a participar. A China é hoje uma nação capitalista. Usa o socialismo só como retórica, não é? De política e tal. Mas é um país capitalista. A Coreia do Sul falou 'eu quero isso também'. E ali viraram os Tigres Asiáticos, todos e tal. E os Estados Unidos viraram o grande, eu diria, o

“ Os governos do PT têm uma tendência a tratar com muita benevolência, a tratar como se fosse um local, um brasileiro, países que na verdade estão se dando bem e na hora de dar reciprocidade não são tão amigos assim”

grande timoneiro. Acontece que a economia cresce também e se arrebita por dois fatores. Ou com muita gente ou com muita gente. Dependendo de como se conduz. A China tem uma enorme quantidade de pessoas. E ela tinha que dar comida para essa sua população. Eles começaram a fazer negócio e isso, imagina, um mercado consumidor desse é uma coisa gigantesca. O fato é que a China floresceu, virou uma grande economia e hoje é, economicamente falando, o principal player, em segundo, estão os Estados Unidos. Mas o que acontece? Aí a gente sente que nessa coisa toda, eu gosto de um exemplo que o [ex-ministro da Economia do governo Bolsonaro] Paulo Guedes dava, que é o seguinte. Ele falou 'antes você tinha uma piscininha e as crianças estavam brincando. Aí, de repente, estão brincando lá Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Brasil, e outros países'.

Estão lá na piscininha as crianças. E aí a China, uma criança maior, falou 'quero também'. E aí é um elefante. Quando ela coloca as duas patas praticamente transborda a água da piscina para tudo que é lado. Mas ela não vai sair, ela quer participar. E aí ela se acomoda, todo mundo se aperta, e todo, vamos dizer assim, esse rearranjo das placas tectônicas que se dá e todo esse estresse da França e outros países, por exemplo, que vão ter, é justamente pelo fato da entrada do elefante na economia global. E tem mais um que está chegando. Outro elefante viu e falou 'eu quero também'. E a Índia já está dentro também da piscina. E aí as crianças menores estão se sentindo pisoteadas. Dá para enfrentar o elefante? Não! Não dá para enfrentar o elefante. Então, vamos procurar alguém aqui que a gente acha que dá para empurrar para fora e vamos tentar fazer isso. É mais ou menos parecido o que a França está querendo

fazer com o Brasil. Estados Unidos, o que acontece? É um outro elefante, mas já estava na piscina e não quer ver seu espaço tomado pelo novo visitante assim, não é? Mas o que é que ocorre? É que nós já temos, hoje, a América Latina totalmente, principalmente, o governo [do ex-presidente dos EUA, Joe] Biden deixou acontecer isso. Hoje a China domina toda a América Latina. Então, quando você levanta esse alerta sobre a questão do aço, vêm outras por aí com certeza. Porque aí a briga não é nem conosco, a briga é com o grandão. E como se diz, em briga de elefantes quem sofre é a grama, essa é uma briga que realmente nos traz problemas. Ah, com a França, eu diria que a gente dá conta. Agora, a briga entre esses dois é, realmente, eu diria que cabe à gente tentar ver como é que a gente vai desviar das patas, não é?

Grupo RDM: Ok. Como que o senhor vê essa questão da parceria sino-brasileira? A visita do Xi Jinping ao G20, a reunião bilateral em que foram assinados 37 acordos, sendo seis



“Olha, eu penso o seguinte, quando se trata de política, de geopolítica, quando se trata de política internacional, quando se trata de comércio, eu digo assim, a gente não pode ficar com raiva, tem que ficar com tudo. Eu penso que nesta discussão nós temos que ser amigos daqueles que são nossos amigos. Não adianta tentar ser verdadeiro com quem está de sacanagem”

diretamente ligados ao agronegócio, mais uns três ou quatro acordos indiretamente ao agronegócio também. Como que o senhor viu essa reunião bilateral aqui no Brasil?

José Medeiros: É mais ou menos, é conquista de territórios, conquistas de mercados. Eu vejo isso aí como se fosse a China chegando aí, fincando a bandeirinha e sinalizando para o 'Tio Sam' que o território é nosso.

Grupo RDM: E o Brasil também, não é? Porque esses acordos ampliam a parceria comercial com a China, que já é a maior de todas, não é?

José Medeiros: Já é a China. Agora, para nós, não temos essa importância geopolítica porque não estamos nessa disputa de espaço. Mas para a China, sim, para a China é um baita de um acordo e para ela sinalizar poder.

Grupo RDM: Agora, dentro desses acordos bilaterais, muitos se esperavam, e que a China está esperando que o Brasil entre e faça parte da Roda e

Cinturão da Seda, que o Brasil faça a sua adesão. O governo brasileiro parece que está receoso de entrar, até para não querer criar atritos com os Estados Unidos. Como o senhor vê isso? O Brasil deve aderir, ou não deve?

José Medeiros: Eu penso o seguinte, quando se trata de política de geopolítica, de política internacional, quando se trata de comércio, eu digo assim, 'a gente não pode ficar com raiva, tem que ficar com tudo'. Então, a gente não pode ter raivinha dos Estados Unidos e falar 'não negocio com você', sendo um mercado interessantíssimo para a gente. Eu penso, nós precisamos participar de tudo sem fechar portas. Como o Itamaraty vai tratar essa questão, eu diria que é um desafio para eles, que são pessoas extremamente competentes. Espero que o governo possa ouvir bastante o Itamaraty, porque, às vezes, se o viés ideológico tiver influência, a gente pode perder muito economicamente. Espero que seja feita realmente como dizia Ronald Reagan, não na base da amizade, e, sim, dos interesses comerciais. ■

Por que o marco legal dos bioinsumos é importante para a indústria?

O projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional regulamenta a produção, a comercialização e o uso dos bioinsumos no Brasil. Texto aguarda sanção presidencial

Por **Leticia Carvalho**,
da Agência de Notícias da Indústria

Bactérias, leveduras, fungos... Os produtos biológicos usados para controlar pragas, fertilizar o solo e tratar doenças das plantas ganharam um marco regulatório: o PL 658/2021. O texto foi aprovado no Congresso Nacional e aguarda a sanção presidencial. Mas por que o tema, tão relevante para a agropecuária, também é importante para a indústria?

O setor industrial possui potencial para investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, fornecer recursos inovadores e garantir escalabilidade aos processos, especialmente no que diz respeito à diversificação da





carteira de produtos de base biológica.

"Essas novas soluções baseadas em recursos biológicos e biotecnologia têm sido cada vez mais utilizadas por produtores rurais e são uma oportunidade para o fortalecimento de uma produção mais sustentável, visando à economia de baixo carbono e à ampliação da bioeconomia", afirma o superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo.

Os bioinsumos, amplamente usados em sinergia com outros defensivos, possibilitam uma produção agrícola que contribui para a conservação do meio ambiente e para a saúde do solo. Isso porque esses produtos atuam no crescimento e no desenvolvimento das plantas, melhoram a fertilidade do solo ou inibem pragas, representando uma alternativa sustentável.

Para se ter uma ideia do potencial do mercado de bioinsumos, o setor cresceu 15% na safra 2023/2024 em comparação à safra anterior, segundo dados da CropLife Brasil – associação que reúne empresas atuantes na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias em quatro áreas essenciais para a produção agrícola sustentável: germoplasma (mudas e sementes), biotecnologia, defensivos químicos e produtos biológicos.

Ainda de acordo com a CropLife Brasil, o mercado global de bioinsumos foi avaliado entre US\$ 13 bilhões e US\$ 15 bilhões em 2023, com uma previsão

de crescimento anual entre 13% e 14%, alcançando US\$ 45 bilhões até 2032. Além disso, entre os principais cultivos, 55% do total de uso de bioinsumos no Brasil são destinados à soja; 27% ao milho; 12% à cana-de-açúcar; e 6% ao algodão, café, citros e hortifruti.

Os números reforçavam a necessidade de o país ter regras claras para regulamentar a produção, a comercialização e o uso desses produtos. Até então, os bioinsumos estavam sob a tutela da Lei dos Defensivos Agrícolas, nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023.

Uma das principais questões relacionadas ao marco regulatório é a produção de bioinsumos "on-farm", ou seja, diretamente nas propriedades rurais. Nesse modelo, os insumos biológicos são produzidos na própria fazenda, em vez de serem adquiridos de fornecedores externos.

Durante o processo de negociação do texto, em reuniões com partes interessadas e audiências públicas, a CNI enfatizou que o PL deveria promover a coexistência entre a produção on-farm de bioinsumos e a produção industrial, garantindo segurança jurídica, inovação e escalabilidade.

Com a nova lei, a produção realizada dentro das fazendas para consumo próprio fica dispensada de registro, mas estará sujeita a um cadastro simplificado, ficando a critério do órgão de defesa agropecuária a dispensa desse cadastramento.

Já os locais onde os bioinsumos são

produzidos para fins comerciais, chamados de biofábricas, deverão ter registro obrigatório no órgão federal de defesa agropecuária. Importadores, exportadores e comerciantes de bioinsumos também deverão realizar o registro.

O QUE AINDA FALTA DEFINIR?

Para que a implementação da lei avance, é necessário definir as seguintes questões por meio de regulamento:

- Classificação, especificações, parâmetros mínimos e outras exigências para registro de bioinsumos, consideradas a finalidade e a categoria de cada produto;

- Registro de biofábricas, importadores, exportadores e comerciantes de bioinsumos;

- Cadastramento simplificado das unidades de produção de bioinsumos;

- Prioridade de aplicação de incentivos para microempresas, cooperativas e agricultura familiar que produzem bioinsumos;

- Cobrança da Taxa de Registro de Estabelecimento e Produto da Defesa Agropecuária (TREPDA), aplicada à avaliação e alteração de registros que demandam análises técnicas de bioinsumos produzidos ou importados para fins comerciais, assim como aos estabelecimentos que produzem ou importam esses insumos;

- Regras de suspensão e cancelamento de registro de produtos cuja produção, importação ou comercialização não tenha sido iniciada em até cinco anos após o registro;

- Prazos e regras de transição para que todos os segmentos possam adequar-se aos procedimentos estabelecidos na lei, considerando as peculiaridades de cada categoria de produto.

Essas questões deverão ser definidas com apoio do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. O conselho é responsável por apoiar o planejamento estratégico e as ações voltadas à implementação do programa que visa ampliar e fortalecer a utilização de bioinsumos.

A CNI, uma das entidades empresariais integrantes do Conselho, conforme a Portaria do Ministério da Agricultura e Pecuária nº 130, de 2 de outubro de 2024, contribuirá para o avanço da regulamentação da nova legislação, bem como para outras discussões relacionadas ao tema. ■

“Essas novas soluções baseadas em recursos biológicos e biotecnologia têm sido cada vez mais utilizadas por produtores rurais e são uma oportunidade para o fortalecimento de uma produção mais sustentável, visando à economia de baixo carbono e à ampliação da bioeconomia”

Produção da cadeia mostra resiliência e equivale a 23% do PIB do agronegócio

Cepea-USP, em Piracicaba (SP), e Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais apontam que setor recuperou preços com demanda aquecida e deverá atingir R\$ 598 bilhões

Do G1

A cadeia da soja e do biodiesel desbancou a estimativa de queda, recuperou os preços com a demanda aquecida nos mercados doméstico e externo e poderá atingir R\$ 598,4 bilhões no terceiro trimestre deste ano. O desempenho equivale a 23,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Agronegócio do Brasil.

Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o setor apresentou melhora na renda e superou o nível pré-pandemia. A marca também equivale a 5,1% do PIB nacional em 2024.

"Apesar da estimativa de queda de 11,48% na renda real, a retração foi amenizada graças à recuperação nos preços ao longo do período. A recuperação de

preços foi impulsionada por uma demanda aquecida, tanto no mercado interno quanto no externo", aponta o Cepea.

O comportamento da cadeia é de resiliência, segundo o Cepea, porque a queda no PIB da cadeia da soja e do biodiesel, projetada em 6,00% em 2024, permanece, impactada pela quebra de safra, mas a indústria conseguiu amortecer esses reflexos negativos com desempenhos positivos.

"Esse resultado é reflexo da quebra da safra da soja, que levou a um recuo de 13,53% no PIB do segmento primário em comparação a 2023. Por outro lado, o desempenho robusto da indústria de insumos, com aumento de 3,98%, e do segmento pós-porteira (+1,07%), com destaque para o biodiesel [com alta de 23,23%, contribuiu para mitigar os impactos negativos. Segundo pesquisadores do Cepea e da Abiove, embora com PIB em queda, a cadeia da soja e do biodiesel ainda irá agregar o segundo maior volume de sua história", observaram os pesquisadores do setor.

MERCADO DE TRABALHO

A estimativa para o terceiro trimestre aponta uma redução de 2,64% no número de trabalhadores da cadeia, totalizando 2,23 milhões de ocupados.

"Apesar disso, a cadeia manteve sua relevância no mercado de trabalho, empregando 9,41% dos trabalhadores do agronegócio e 2,17% da força de trabalho da economia brasileira. O segmento de agrosserviços apresentou uma queda de 5,24% na ocupação, enquanto os segmentos de insumos (+3,48%), primário (+1,67%) e a agroindústria (18,13%) mostraram crescimento", apontou.

EXPORTAÇÕES

O valor das exportações da cadeia da soja e do biodiesel no terceiro trimestre de 2024 foi de US\$ 13,91 bilhões, uma queda de 12,57% em relação ao mesmo período de 2023.

"O volume exportado cresceu 1,36%, enquanto os preços médios de exportação recuaram 13,74%, pressionados pela maior oferta global de soja e condições climáticas favoráveis em grandes



“ Apesar da estimativa de queda de 11,48% na renda real, a retração foi amenizada graças à recuperação nos preços ao longo do período. A recuperação de preços foi impulsionada por uma demanda aquecida, tanto no mercado interno quanto no externo”

produtores como EUA e Rússia”, aponta o relatório do Cepea.

CHINA

A China se manteve como o principal destino, absorvendo 75,21% das exportações de soja, 22,97% das exportações de óleo e 46,24% do total exportado de biodiesel, glicerol e proteína de soja. A União Europeia e o Sudeste Asiático também se destacaram.

AFINAL, O QUE É O PIB DO AGRONEGÓCIO?

A professora da Esalq e pesquisadora

do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, Nicole Rennó Castro, explica, em publicação no site do Cepea, que, para calcular o PIB do Agro, são usadas informações secundárias e oficiais do IBGE.

“O PIB do Agro é um conceito mais amplo e abrangente que o de agropecuária, que engloba também atividades econômicas de outros setores de atividade, indústria e serviços. Especificamente, o agronegócio é definido como um setor econômico com ligações com a agropecuária”, esclarece.

Maior oferta, baixa demanda e

tensões geopolíticas: pesquisa da USP aponta motivos para quedas nos preços de derivados da cana

O setor envolve a produção de insumos para a agropecuária, a própria agropecuária, as agroindústrias de processamento dessas matérias-primas e a distribuição e demais serviços necessários para que os produtos agropecuários e agroindustriais cheguem ao consumidor final.

“O setor ‘agronegócio’ não é definido nas classificações de atividades econômicas oficiais adotadas pelos órgãos responsáveis pelas contas nacionais dos países (como o IBGE no Brasil), e, por isso, não há estatísticas oficiais sobre o PIB (ou outros agregados, como o emprego) desse setor”, acrescenta a pesquisadora em artigo publicado no site do Cepea.

“É importante enfatizar que o Cepea apenas aplica aos dados nacionais um conceito que foi definido e é entendido, naturalmente com certas diferenças, internacionalmente”, conclui. ■



Antonini, a tecnologia da irrigação, se utilizada adequadamente, promove aumentos significativos de produtividade, independentemente se a mandioca for cultivada após culturas hortícolas ou em solo recuperado, cobrindo facilmente os custos com o equipamento. "Em solo sem horticultura, a irrigação pode aumentar a produtividade em até 50%, e quando usada em associação com tecnologias como o mulching (cobertura plástica), o incremento é em torno de 90%", afirmou.

Para Antonini, um grande gargalo do manejo de irrigação na região é a falta de conhecimento, sobretudo por parte dos pequenos agricultores. "Para se ter um manejo de irrigação perfeito, você tem que conhecer o tipo de solo com que está lidando, o equipamento disponível e a questão climática da região", disse, destacando a necessidade de informações sobre as características físico-hídricas do solo como textura e capacidade de água disponível.

O pesquisador também apontou o

desconhecimento dos agricultores quanto à lâmina de água aplicada na irrigação e à demanda de evapotranspiração da cultura para estimar o gasto de água em função do ciclo de desenvolvimento das plantas. Ele exemplificou o caso da região do DF e Entorno, onde, nos primeiros 60 dias após o plantio em solo argiloso, o consumo de água da mandioca de mesa é muito pequeno, representando 50% da demanda de evapotranspiração do local. Após 60 dias, a mandioca gasta 100% da demanda evapotranspirométrica. E a partir de 150 dias até a colheita, ela gasta em torno de 80%.

Com essas informações, segundo Antonini, é possível calcular quanto a planta consumiu de uma irrigação para outra. "Nos primeiros 60 dias, a mandioca é exigente em nível de umidade do solo, principalmente para não haver perda de plantas logo após o plantio. É preciso manter a umidade do solo num nível alto, deixando gastar 20% da capacidade de água disponível e

voltando a irrigar. A partir dos 60 dias até a colheita, você pode deixar gastar em torno de 60%", afirmou, salientando que o produtor precisa saber sobre o solo e o equipamento disponível.

Já o pesquisador Josefino Fialho comentou sobre os testes com diferentes épocas de plantio com a cultivar de mandioca de mesa BRS 429, lançada em 2022, e com o clone 54/10, em parceria com produtores da região e com a Emater-DF. Ele informou sobre necessidade de mais unidades de observação no DF para a realização desses testes, com a distribuição, entre os escritórios regionais, de ramas produzidas na Fazenda Água Limpa, da Universidade de Brasília. "A ideia é verificar o efeito na raiz em função da época de colheita", explicou.

Fialho também abordou detalhes sobre o manejo da adubação e a correção do solo para o cultivo da mandioca de mesa a partir de resultados de experimentos realizados na região, bem como o controle dos ácaros e do percevejo-de-



renda e o ajuste no espaçamento de plantas, visando à redução do déficit médio de 34 t/ha em relação ao potencial de 70 t/ha de produtividade máxima estimado para a região.

INTERAÇÃO POSITIVA ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

Os extensionistas consideraram positivo o treinamento e o método utilizado para debater as questões da mandiocultura no DF. "Achei (a prosa técnica) muito prática, nos aproxima muito da pesquisa e nos ajuda a entender os processos que estamos vivendo e construindo", disse a engenheira agrônoma Gesinilde Santos, do escritório da Emater-DF em Planaltina.

Hélio Lopes, técnico em agropecuária do escritório de Brazlândia, também destacou a aproximação da pesquisa com a extensão rural. "Não são coisas diversas. A pesquisa gera tecnologia, mas ela precisa da extensão para compreendê-la e transformá-la numa linguagem aceitável para o produtor, que

“Queremos ter um retrato da realidade do que está acontecendo na pesquisa e na extensão rural. É uma troca de ideias. Nós, extensionistas, precisamos ouvir que o pesquisador tem de informação nova, e os pesquisadores precisam ouvir o que está acontecendo no campo”

é quem vai receber a tecnologia gerada. Essa aproximação é interessante para discutir todos os gargalos da cultura e poder transformar (as informações) numa linguagem simples e levar ao produtor rural", comentou.

Para Joselito de Souza, técnico em agropecuária do escritório Pípiripau, os temas abordados no treinamento estão relacionados às demandas e angústias dos produtores. "A Embrapa e a Emater-DF já têm alguns trabalhos nessa área de atuação e sempre estamos em contato para melhorar as produtividades", lembrou.

Assim como os colegas, o engenheiro agrônomo Kleiton Aquiles, do escritório do Gama, destacou a importância da troca de experiências entre a pesquisa e a extensão rural, além da divulgação das tecnologias existentes e as técnicas de desenvolvimento do cultivo aos produtores. "Desde o plantio até a colheita, é fundamental obter um produto de qualidade que atenda à demanda de consumo local", afirmou. ■



Pesquisadores trocam conhecimentos sobre mandiocultura

Encontro reuniu extensionistas rurais dos escritórios regionais da Emater do Distrito Federal

Por **Breno Lobato**, Embrapa Cerrados

Empenhadas no desenvolvimento da mandiocultura no Distrito Federal e região, a Embrapa Cerrados (DF) e a Emater-DF promoveram, no dia 3 de dezembro, um treinamento para cerca de 30 técnicos de todos os escritórios regionais do órgão de

assistência técnica e extensão rural, visando ao nivelamento de informações, conhecimentos e inovações tecnológicas relacionadas à cultura para auxiliar os agricultores, além do estreitamento da relação entre pesquisa e extensão rural. Os pesquisadores Jorge Antonini, Josefino Fialho e Núbia Correia partici-

param do treinamento, realizado em formato de prosa técnica no espaço de olericultura da Emater-DF instalado no Parque Tecnológico Ivaldo Cenci, no PAD-DF.

"É uma forma agradável de capacitação e uma boa oportunidade de recebermos o retorno da pesquisa e de passar-



“ É uma forma agradável de capacitação e uma boa oportunidade de recebermos o retorno da pesquisa e de passarmos o que vocês (extensionistas) vivenciam no campo. Essa parceria é o cerne da extensão rural: transformar a pesquisa em palavras simples e levá-la ao produtor”

mos o que vocês (extensionistas) vivenciam no campo. Essa parceria é o cerne da extensão rural: transformar a pesquisa em palavras simples e levá-la ao produtor", disse o supervisor regional da Emater-DF, Rafael Ventorim.

"Queremos ter um retrato da realidade do que está acontecendo na pesquisa e na extensão rural. É uma troca de ideias. Nós, extensionistas, precisamos ouvir o que o pesquisador tem de informação nova, e os pesquisadores precisam ouvir o que está acontecendo no campo", reforçou o extensionista da Emater-DF, Hélcio Santos, coordenador do evento.

O pesquisador Josefino Fialho ressaltou o histórico de trabalhos em parceria entre a Embrapa Cerrados e a Emater-DF em mandiocultura. "O sucesso das nossas cultivares tem muito

a ver com essa integração", disse. "Agora queremos saber as principais dificuldades que os extensionistas têm tido na cultura da mandioca de mesa no Distrito Federal", completou.

Os extensionistas elencaram uma série de gargalos e desafios da mandiocultura na região, como o manejo de plantas daninhas, o momento da aplicação de herbicidas e a falta de conhecimento sobre os produtos registrados no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para a cultura; a necessidade de ajustes no sistema para alcançar o máximo de produtividade de raízes e rentabilidade; questões de manejo da adubação; o manejo da água nas lavouras com irrigação; a escolha da cultivar e a disponibilidade de manivas de qualidade para os produtores; a incidência de ácaros e do percevejo-de-renda; e o uso de produtos biológicos para o controle de pragas e doenças.

USO DE HERBICIDAS

A pesquisadora Núbia Correia destacou dois fatores que afetam diretamente a ação dos herbicidas: a irrigação malfeita e o escoamento superficial do produto. "O solo encharcado concentra o produto, e ele pode afetar a cultura. E o produtor muitas vezes esquece que o herbicida registrado para a cultura da mandioca pode afetar outra cultura que está ao lado, pode deixar

resíduo no solo e pode também afetar a cultura que vem depois da mandioca", explicou. "Trabalhar com herbicida não é simples, é extremamente técnico. Gostaria que os produtores tivessem essa noção de perigo", completou, salientando a necessidade de cuidado com o uso desses produtos.

Correia falou sobre o momento da aplicação dos produtos, recomendando que o produtor planeje a aplicação atrelada ao plantio, antes do brotamento. "Ele tem que ter uma sequência em mente: plantar e aplicar. Quando a mandioca começar a brotar, já não poderá mais aplicar", disse, apontando como alternativa, nesse caso, o jato dirigido do produto no solo e na base das plantas, o que evita o contato com as folhas.

Outra recomendação da pesquisadora é não deixar o solo encharcado pelo excesso de irrigação e aplicar o herbicida. "Se você fizer uma irrigação sem controle, correrá o risco de concentrar o produto na região mais superficial, próximo da maniva. O solo não pode estar seco, mas deve ter uma umidade normal", observou. "Esses detalhes fazem toda a diferença. A tecnologia está disponível, mas precisamos saber usá-la".

MANEJO DA IRRIGAÇÃO E TESTES COM NOVOS MATERIAIS

Segundo o pesquisador Jorge

Queijo artesanal paulista: sabor que impulsiona o turismo rural



Qualidade do produto é reconhecida internacionalmente; embarque em uma jornada gastronômica inesquecível pelo interior paulista

Por **Thiago Dantas**

O interior paulista, além das paisagens exuberantes, esconde um tesouro gastronômico: os queijos artesanais. Com sabores únicos e texturas irresistíveis, esses produtos têm conquistado paladares exigentes no Brasil e no mundo, impulsionando o turismo rural e transformando a experiência de viagem no estado de São Paulo.

EXPERIÊNCIA ÚNICA

Mais do que um alimento, o queijo artesanal paulista é uma

experiência. As queijarias, verdadeiros santuários do sabor, convidam os visitantes a uma jornada sensorial, desde a ordenha até a degustação. Piqueniques em meio à natureza, cafés coloniais e almoços harmonizados com vinhos e cervejas artesanais completam a experiência, tornando a visita inesquecível.

QUEIJARIAS PREMIADAS

A qualidade dos queijos paulistas é reconhecida internacionalmente. A Fazenda Atalaia, em Amparo, dona do aromático queijo Tulha,

ganhou medalha de ouro no World Cheese Award. Já a Pardinho Artesanal, em Pardinho, autora do macio e adocicado Cuestinha, foi reconhecida entre os maiores especialistas de queijos do mundo.

O guia virtual da Rota Turística do Queijo Artesanal Paulista traz as melhores experiências para quem é fã deste produto milenar, valorizando os produtores artesanais e a agricultura familiar.

MINAS GERAIS SIMPLIFICA REGISTRO DE QUEIJARIAS ARTESANAIS

Parte dos produtores de queijos



Com variedade de sabores e aromas, os queijos de São Paulo conquistaram o paladar de muita gente

Mais do que um alimento, o queijo artesanal paulista é uma experiência. As queijarias, verdadeiros santuários do sabor, convidam os visitantes a uma jornada sensorial, desde a ordenha até a degustação. Piqueniques em meio à natureza, cafés coloniais e almoços harmonizados com vinhos e cervejas artesanais completam a experiência, tornando a visita inesquecível

artesanais destacados no guia integram as 11 rotas gastronômicas lançadas pelo Turismo paulista, ao lado de produtores de vinhos, azeites, entre outros produtos. A publicação é uma parceria da Setur-SP com a Associação Paulista do Queijo Artesanal e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

TURISMO RURAL

O turismo rural tem se mostrado uma das atividades mais promissoras em São Paulo, com um cresci-

mento de quase 30% ao ano. Os queijos artesanais, como atrativo gastronômico, têm sido um dos principais motores desse crescimento. Afinal, quem resiste a uma viagem que une natureza, cultura e sabores autênticos?

A gastronomia, especialmente a regional, tem se consolidado como um dos principais motivos para viajar. No caso de São Paulo, os queijos artesanais são um dos grandes protagonistas dessa história, atraindo turistas em busca de experiências únicas e autênticas. ■

Safra 2024/25: Conab indica produção de 322,25 milhões de t

Total corresponde a um crescimento de 8,2% em comparação com a temporada anterior

Por **Luis Roberto Toledo**, do Estadão Conteúdo

A produção brasileira de grãos na safra 2024/25, em fase inicial de colheita, pode alcançar recorde de 3 22,25 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 8,2% em comparação com a temporada anterior (297,75 milhões de t), ou 24,5 milhões de toneladas a mais.

No entanto, em relação à previsão anterior, de dezembro, a produção é 173 mil t menor. As informações são da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que divulgou no dia 14 de janeiro o quarto levantamento sobre a safra 2024/25.

Segundo a estatal, o bom desempenho acompanha o clima favorável registrado durante o desenvolvimento das culturas de primeira safra. Aliado a isso, a área total semeada está estimada em 81,4 milhões de hectares e deve crescer 1,8% quando comparada com o ciclo 2023/24.

A produtividade média deve aumentar 6,3%, saindo de 3.725 kg/hectare para 3.960 kg/hectare na atual temporada.

SOJA E MILHO

Principal produto cultivado no país, a soja deve registrar uma produção de 166,33 milhões de toneladas, 12,6% maior ante 2023/24, ou 18,61 milhões de toneladas a mais. “Após um ano de quebra na safra, o atual ciclo tende a

recuperar a produtividade média das lavouras. Para esta temporada, é esperado um desempenho médio de 3.509 quilos por hectare, frente a 3.201 kg/ha registrado em 2023/24”, informou a Conab.

O plantio da oleaginosa ocorreu de forma concentrada, principalmente, a partir do fim de outubro. Com isso, a colheita também deve ocorrer, em sua maior parte, a partir do fim de janeiro. As condições climáticas, no período analisado, vêm favorecendo a cultura até o momento, mas a Conab ainda mantém as atenções para os efeitos do comportamento climático até a finalização dos trabalhos de colheita do grão.

Com o segundo maior volume de produção, o milho deve registrar uma colheita total de 119,55 milhões de toneladas em 2024/25, 3,3% acima da temporada anterior (115,70 milhões de t). Para a primeira safra do cereal é esperada uma redução de 6,4% na área semeada. Em compensação, a produtividade média deve crescer 4,8%, atingindo 6.062 quilos por hectare, resultando em colheita de 22,53 milhões de t (menos 1,9% ante a temporada anterior, de 22,96 milhões de t).

“As precipitações frequentes, intercaladas com períodos de sol, favoreceram o desenvolvimento da cultura nas principais regiões produtoras”. Já os plantios da segunda e terceira safras do grão têm início a partir deste mês e abril, respectivamente.

OUTRAS CULTURAS

Para o algodão, a Conab prevê um crescimento de 3,2% na área a ser semeada, quando comparada com a safra anterior, sendo estimada em 2 milhões de hectares. Já a perspectiva é de uma produção de pluma em 3,7 milhões de toneladas, estável ante 2023/24, mas figurando entre as maiores já registradas na série histórica caso o resultado se confirme.

No caso do arroz, a semeadura para o ciclo 2024/25 ultrapassa 90% da área total prevista para esta safra 2024/25 nas principais áreas produtoras do país, estimada em 1,75 milhão de hectares, o que representa um crescimento de 8,5%. Além da maior área semeada, a Conab também espera uma recuperação nas produtividades médias das lavouras no país, saindo de 6.584 quilos por hectare para 6.869 kg/ha.

Essa combinação de fatores leva à expectativa de um incremento de 13,2% na produção, estimada em 11,99 milhões de toneladas ante 10,59 milhões de t em 2023/24.

Importante dupla do arroz no prato dos brasileiros, a produção total de feijão também deve registrar crescimento de 4,9%, sendo estimada em 3,4 milhões de toneladas, a segunda maior safra dos últimos 15 anos, perdendo apenas para a temporada 2013/14.

O resultado acompanha tanto o incremento de área como de produtividade. Apenas na primeira safra da leguminosa, a colheita tende a apresentar uma elevação de 15,5%, estimada em 1,09 milhão de toneladas. A colheita deste primeiro ciclo da cultura está em andamento, com 19,4% concluída na primeira semana de janeiro, comentou a Conab.

Já no caso das culturas de inverno, a colheita da safra 2024 está encerrada. Para o trigo, principal produto cultivado, a produção foi estimada em 7,89 milhões de toneladas, 2,6% abaixo da colhida na safra de 2023.

“Essa queda foi ocasionada, principalmente, pela redução de 14,2% na área de plantio nos estados da região Sul, aliada ao comportamento climático desfavorável durante todo o ciclo da cultura no Paraná e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste”, informou a Conab. ■

“Após um ano de quebra na safra, o atual ciclo tende a recuperar a produtividade média das lavouras. Para esta temporada, é esperado um desempenho médio de 3.509 quilos por hectare, frente a 3.201 kg/ha registrado em 2023/24”

Embrapa Cocais agora é Embrapa Maranhão



É o início de um novo ciclo, que inclui novas estratégias e áreas de atuação, além da construção de nova infraestrutura física e de pessoal

Por **Flávia Bessa**, da Embrapa Maranhão

Uma das mais novas Unidades Descentralizadas, a Embrapa Cocais, obteve aprovação da Diretoria-Executiva para mudança de seu nome-síntese para Embrapa Maranhão, denominação validada após amplo processo de discussão com a participação do público interno e externo. A alteração não é apenas uma troca de nome. É o início de um novo ciclo, que inclui novas estratégias e áreas de atuação, além da construção de nova infraestrutura física e de pessoal.

Segundo o chefe-geral, Marco Bomfim, a mudança no nome vem sendo construída há um tempo, em função da percepção de que a nomenclatura anterior não mais representava a agenda de trabalho e a identidade geral da Unidade, tendo o novo nome-síntese mais aderência com a realidade de atuação no estado e em outras regiões. A Unidade sempre esteve presente em localidades diversas do Maranhão – não somente nas matas dos cocais - e até de outros estados, o que foi sendo fortalecido nos últimos anos. Para isso, tem se conectado com parceiros público-

privados de diversas instâncias e lugares.

A Embrapa Maranhão é resultado dessa forte presença e do trabalho em parceria com o ecossistema de inovação maranhense. Agora, como Embrapa Maranhão, se mantém aberta ao engajamento de mais interessados em participar da construção dessa história.

Bomfim relembra que a UD foi criada com foco em agricultura familiar na região dos cocais e da Baixada Maranhense, que possui um dos maiores índices de pobreza rural e insegurança alimentar do País. Porém, essa missão não contempla os principais desafios do estado, que tem grande vocação agrícola e dois dos principais biomas do País praticamente dividindo seu território ao meio, a Amazônia e o Cerrado, além da Caatinga.

Ainda segundo o chefe-geral, a expansão da atuação da Embrapa Cocais centro tornou-se mais nítida a partir da integração da Unidade de Execução de Pesquisa (UEP) de Balsas - localizada em uma região produtora de grãos e grande fronteira agrícola – com outras Unidades que já operavam no local. "Tudo isso demonstra que a denominação anterior

não respondia mais ao que a Unidade era e é, e também não estava comunicando bem, tendo em vista que, muitas vezes, as pessoas restringiam a agenda da Unidade à região dos cocais", afirma.

Para subsidiar a decisão da Diretoria, foi realizado exercício com todos os colaboradores para colher sugestões de assinatura-síntese e finalidades que pudessem refletir a identidade, comunicar adequadamente a missão, abrangência e compromisso com a sociedade, e promover engajamento do público-alvo. Foi realizada uma oficina interna sobre a atuação da Unidade nos quesitos: propósito (razão de ser); valor proposto (o que a empresa entrega); público-alvo (para quem); princípios e valores (valor implícito); e visão de futuro (o que queremos alcançar). A partir dessa descrição foram construídos textos remetendo à finalidade da Unidade, que foram posteriormente submetidos a priorização.

Nessa mesma oficina foi discutida a proposta de nova assinatura-síntese, com as seguintes diretrizes: atemporal e flexível, para que a UD possa reposicionar sua agenda, se for o caso, ao longo do tempo; que transmitisse valor ou



“Após um ano de quebra na safra, o atual ciclo tende a recuperar a produtividade média das lavouras. Para esta temporada, é esperado um desempenho médio de 3.509 quilos por hectare, frente a 3.201 kg/ha registrado em 2023/24”

conceito; que fosse emocionalmente envolvente; que mantivesse conexão com a identidade da Embrapa; que fosse pertinente para o setor; que fosse fácil de memorizar/gravar; e que evitasse ambiguidades.

A partir de três nomes-síntese sugeridos na oficina, foi realizada votação interna, da qual a assinatura-síntese Embrapa Maranhão saiu vencedora. “A discussão foi bastante madura e a equipe se mostrou propensa a não restringir sua ação ao Maranhão, entendendo que as inovações podem alcançar outros estados. O novo nome identifica a localização sem restringir o alcance, ou seja, denota que as pesquisas serão desenvolvidas não necessariamente, mas majoritariamente, no Maranhão, para atender a sociedade brasileira. É atemporal, por não estar associada a um tema ou cadeia produtiva específica, permitindo que a Unidade construa sua identidade e possa revisitá-la posteriormente; gera engajamento e valor para o estado que sedia a UD; tem identidade com a cultura organizacional da Empresa e, portanto, é fácil de memorizar e não apresenta ambiguidades”, explica Bomfim.



Também foi escolhida a nova missão: 'Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação que promovam a sustentabilidade das práticas agrícolas, pecuárias e florestais em benefício da sociedade'.

Em consulta aos chefes das UDs com assinaturas-síntese ligadas ao nome dos estados, especialmente as da região Norte, houve unanimidade em considerar que, mesmo depois de todos esses anos, elas continuam comunicando bem e engajando o público-alvo.

MUDANÇA CONSTRUÍDA A VÁRIAS MÃOS

A Embrapa Cocais foi criada com a missão de viabilizar soluções de PD&I para a sustentabilidade da agricultura nos ambientes de cocais e planícies inundáveis, com ênfase no segmento da agricultura familiar. A mata dos Cocais e as planícies inundáveis maranhenses (Baixada Maranhense) correspondem a cerca de 50% da área do estado, nas áreas dos biomas Cerrados e Amazônia, assim como suas transições. Embora sejam ecossistemas especiais, apresentam os mesmos desafios de produção sustentável e inclusão socioproductiva que outras regiões do estado, dentro dos mesmos biomas.

Por essa razão, desde o primeiro momento, a Unidade foi chamada a atender às demandas não somente dessas regiões, mas de todo o Maranhão,

embarcando tecnologias na política pública, bem como na parceria com outros parceiros do sistema maranhense de pesquisa agropecuária. Além disso, desde o princípio, desenvolveu conhecimentos para apoiar a agricultura no sul do estado, pertencente à região do Matopiba, mais nova fronteira agrícola do País. Desde sua criação, assumiu a gestão da UEP de Balsas para apoiar a sojicultura no Matopiba maranhense, que planta atualmente mais de 1 milhão de hectares de soja, além de outros grãos como milho e algodão.

O plano de trabalho aprovado pela Diretoria para a gestão 2022-2024 da UD reforçou a atuação mais abrangente no estado e, particularmente, na região do Matopiba, a partir da UEP de Balsas. O planejamento estratégico definiu três pilares de contribuição para superar os desafios da produção sustentável e inclusiva dessa região de transição agrícola: sistemas de produção integrados, bioeconomia e economia verde e inovação social.

Com esses temas transversais, a Unidade entrega valor tanto para a agricultura familiar quanto para a agricultura de escala. Os três eixos já orientam os temas de pesquisa e o perfil dos profissionais egressos do próximo concurso público, bem como a infraestrutura da nova sede, a ser construída nos próximos anos com recursos do Novo PAC.

Os três focos foram definidos a partir de uma ampla discussão com todos os empregados da Unidade, de maneira colaborativa, incluindo expertises da Rede Embrapa e instituições de pesquisa, parceiros públicos e privados (setor produtivo), com foco na inovação tecnológica atrelada à inovação aberta e social. "Esse modelo de gestão participativo e sinérgico com o ecossistema de inovação maranhense é uma das premissas da construção desse novo ciclo da Embrapa no Maranhão e tem impulsionado arranjos produtivos e desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável", observou o chefe-geral.

Na UEP de Balsas, por exemplo, foi formado o Hub Matopiba com outras dez Unidades, para que os desafios de produção nessa área sejam contemplados de forma corporativa. O hub é um projeto inovador para a agricultura do Brasil, a ser realizado em parceria com o setor produtivo, instituições públicas e privadas, de forma alinhada e articulada.

OS MARCOS DA CAMINHADA

- realização dos eventos "Construindo o futuro" para definição de focos de atuação, estratégias e desafios de inovação prioritários;

- validação das estratégias e definição das cadeias prioritárias/mesorregião com o ecossistema de inovação;

- identificação de competências



“ A discussão foi bastante madura e a equipe se mostrou propensa a não restringir sua ação ao Maranhão, entendendo que as inovações podem alcançar outros estados. O novo nome identifica a localização sem restringir o alcance, ou seja, denota que as pesquisas serão desenvolvidas não necessariamente, mas majoritariamente, no Maranhão, para atender a sociedade brasileira”

para o concurso;

- definição de infraestrutura e de compromissos de PD&I;

- alinhamento ao novo PDE da Embrapa;

- discussão sobre missão e assinatura-síntese com equipe técnica e colaboradores e sugestão de três opções;

- votação das opções sugeridas e escolha da assinatura-síntese Embrapa Maranhão;

aprovação pelo Consad.

CONSTRUÇÃO DE SEDE IMPULSIONOU REPOSICIONAMENTO IMEDIATO

O planejamento estratégico que delimitou os focos de atuação da Unidade também identificou as necessidades de recursos humanos e da infraestrutura que serão concretizados a partir de 2025 com a contratação dos novos colaboradores (de 41 empregados, a Embrapa Maranhão saltará para 92) e o início das obras da sede.

Em dezembro, foi homologada a contratação de empresa para o desenvol-

vimento de anteprojeto, projetos básicos e executivos de arquitetura/engenharia para construção da sede definitiva. Foi selecionado o escritório de projetos PJJ Malucelli Arquitetura Ltda., com sede no Paraná e responsável pelos projetos construtivos da Embrapa Alimentos e Territórios. Em dezembro foi assinado o contrato, e as reuniões com a empresa já iniciaram.

O chefe-adjunto de Administração, Allyson Veras, destaca a atuação da equipe de planejamento da contratação e todo o time da Embrapa Maranhão e da Embrapa Sede, em especial os engenheiros (incluindo profissionais das UDs) e a equipe do PAC e a Diretoria, que priorizaram a construção da Embrapa Maranhão, e da assessoria jurídica, que contribuiu para que o processo se concluísse em tempo hábil. "Todos se envolveram na materialização desse projeto, que mostrou uma capacidade de mobilização e entrega sem igual. Outro processo denso foi a realização do estudo técnico preliminar do projeto arquitetônico e campo experimental da Unidade,

prototipado em realidade aumentada, a primeira experiência interativa de maquete virtual animada da Embrapa", destaca o gestor.

A construção da sede definitiva da Embrapa Maranhão terá laboratórios com capacidade de determinar carbono e gases de efeito estufa, avaliação de alimentos para nutrição animal e humana, planta piloto para desenvolvimento de novos alimentos, microbiologia para suporte à área de alimentos quando para prospecção de biológicos de interesse agrícola, química vegetal, além de uma estrutura inovadora de living lab para cocriação e desenvolvimento de inovações sociais. Para isso, pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes das áreas de produção animal e vegetal, além de engenheiros químicos e de alimentos, microbiologistas, especialistas em avaliação de serviços ecossistêmicos, inovação social, dentre outros, serão contratados no novo concurso.

CONSAD

O Conselho de Administração da Embrapa (Consad) foi instalado em 1997. É um órgão da administração superior e responsável pela organização, controle e avaliação das atividades da Empresa, composto por oito membros. Tem competência, entre outras atribuições, para fixar as políticas de ação da instituição. Aprova seus planos diretores e os anuais e plurianuais de trabalho, regimento interno, modelo institucional e estrutura organizacional, política e quadro de pessoal, incluindo a tabela de salários e outros benefícios. ■

A agropecuária é uma aliada ao combate aos incêndios

São frequentes as queimadas nos meios rural e periurbano, principalmente durante a estação seca, após longos períodos de estiagem, como as que ocorreram no Brasil no ano passado e estão ocorrendo neste momento em Los Angeles, nos Estados Unidos.

Em áreas agrícolas, as queimadas provocam diversos prejuízos, como a perda da matéria orgânica fornecida pelos restos de culturas e plantas de cobertura e danos à microbiota do solo. Os prejuízos aos pecuaristas também são evidentes – há perda de biodiversidade, morte de animais, destruição de infraestrutura, como cercas, redes de energia elétrica e edificações.

A população local e as estradas são diretamente afetadas. O setor agropecuário moderno e eficiente não é tolerante às queimadas, uma vez que causam danos econômicos e ambientais. A urgência em resolver o problema é consenso na sociedade. Mesmo grandes cidades e aeroportos têm sido afetados pela baixa qualidade do ar, decorrente de partículas nocivas oriundas da fumaça produzida por queimadas generalizadas, como as que ocorreram nos últimos anos e se intensificaram na estação seca de 2024.

AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O território brasileiro é amplo e diversificado em termos de clima, solo e estrutura fundiária e as soluções precisam ser customizadas. Ações preventivas são menos onerosas do que o combate às chamas, mas precisam de orçamento anual, gestão descentralizada e transparência. É necessário ter equipes multidisciplinares para atuar nas etapas de diagnóstico, avaliação de risco, planejamento, monitoramento, combate precoce ao fogo, medição de impacto das ações preventivas e avaliação das lições aprendidas.

Regiões onde ocorrem queimadas intencionais devem investir em conscientização, capacitação e acesso às tecnologias de

produção agropecuária, para que as populações rurais substituam a antiga prática de utilizar o fogo para limpeza de área e queima de lixo e adotem práticas modernas de manejo. É urgente deixar claro que provocar queimadas ilegais é crime.

O Brasil possui longa experiência em monitoramento de focos de queimadas, com uso de bases de dados de imagens de satélites, que permitem identificar, de forma inequívoca, os locais onde as queimadas foram iniciadas. Com essas informações, pode-se reforçar os alertas e as campanhas preventivas nas regiões de maior incidência histórica de focos iniciais de incêndios. A efetividade das operações de combate será maior se ocorrer nos primeiros minutos de fogo.

É importante que as ações preventivas ocorram durante a estação chuvosa. O “alerta climático” precoce de estiagem prolongada deve fazer parte dessa agenda para reduzir os riscos e, em algumas situações, induzir mudanças emergenciais no planejamento das ações de prevenção e combate a incêndios em áreas rurais e periurbanas.

CONTRIBUIÇÕES DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

As áreas de cultivos anuais naturalmente estão mais expostas ao risco de incêndios. A palhada, apesar de sua importância agrônômica como fornecedora de matéria orgânica, prevenção da erosão, redução da temperatura do solo, entre outros benefícios, eleva esse risco. A proximidade das áreas agrícolas de comunidades rurais e estradas ainda é fator agravante.

Uma técnica de manejo eficiente é o pastoreio de animais no final da estação chuvosa com o objetivo de reduzir a quantidade de palhada. O pastejo controlado intensifica a ciclagem de nutrientes no solo e disponibiliza alimentação volumosa aos animais, além de reduzir o risco e facilitar o controle de queimadas. Apesar de ser uma estratégia barata, eficiente e ambientalmente correta, sua adoção deve considerar os





planos de prevenção a queimadas e as legislações ambientais. O acero, que é a remoção de palhada por meio de gradagem, próximo às estradas também é importante ferramenta para prevenção à entrada do fogo na propriedade rural.

POLÍTICAS PÚBLICAS

São várias as regulamentações federais e estaduais que propõem ações que podem auxiliar na prevenção de queimadas. A Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no estado do Mato Grosso (Lei n. 12.653/2024), por exemplo, admite o acesso à pecuária extensiva e à prática de roçada, visando justamente à redução de biomassa vegetal combustível e os riscos de incêndios florestais, desde que não provoque degradação ambiental, sendo proibida a substituição da vegetação nativa por gramíneas exóticas.

O Projeto de Lei 4.508/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, autoriza a criação de animais em área de Reserva Legal, mediante aprovação de plano de manejo florestal pelo órgão ambiental competente e com o objetivo de controle do volume

“ O território brasileiro é amplo e diversificado em termos de clima, solo e estrutura fundiária e as soluções precisam ser customizadas. Ações preventivas são menos onerosas do que o combate às chamas, mas precisam de orçamento anual, gestão descentralizada e transparência”



de massa das forrageiras nativas ou cultivadas já existentes. O Projeto de Lei 1.533/2023, pronto para deliberação no Senado Federal, autoriza o plantio de culturas anuais em áreas laterais de rodovias, conhecidas como faixas de domínio, prática essa que auxiliará na manutenção de vegetação nas beiras das rodovias, diminuindo a biomassa disponível para queimadas. Uma inovação seria a inclusão de uma função de notificação de fogo e fumaça, em tempo real, em aplicativos de navegação por GPS, atualmente amplamente utilizados nos aparelhos celulares.

O período seco ocorre todos os anos, em menor ou maior intensidade, sempre trazendo riscos de queimadas e não pode ser considerado uma surpresa. As ações conjuntas de prevenção a queimadas devem ser estabelecidas e efetivadas no momento certo. Com a ampliação da adoção de boas práticas e o manejo adequado, a agricultura e a pecuária são aliadas aos planos de prevenção de incêndios no Brasil. ■

*** Pesquisadores da Embrapa Cerrados**

RDM

REDE DE MÍDIAS

28

anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br